

1 Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2023, às 09h, os membros do Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) se reuniram no Centro de Convenções e Eventos de Penedo,
3 localizado na Av. Floriano Peixoto - Centro Histórico - Penedo (AL), para participarem da XLVI Reunião
4 Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães -
5 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Evanildo Pereira Lima – Empresa Baiana de
6 Águas e Saneamento (EMBASA); Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho – Companhia de Saneamento
7 de Sergipe (DESO); Túlio Pereira de Sá – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
8 João Carlos de Melo – Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Jadir Silva de Oliveira – Associação das
9 Indústrias de Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Cláudio Ademar da Silva – Piscicultura
10 Itaparica LTDA; Ednaldo de Castro Campos – Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF);
11 Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos (Pesca); Arnaldo Alves da Silva – Colônia
12 de Pescadores Z-39 José Maciel Nunes de Oliveira – Colônia de Pescadores Z-12; João Henrique de
13 Araújo Franklin Neto – Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF); Renato Junio Constâncio –
14 Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Altino Rodrigues Neto – Associação de
15 Desenvolvimento Artes de Ofício (ADAO); José Valter Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Ronald
16 de Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas (AQUA); Cláudio Pereira da Silva – Associação
17 Quilombola Lagoa das Piranhas; Elias da Silva – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo
18 de Miranda Pinto – Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo; Rosa
19 Cecília Lima Santos – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA);
20 Vanderli de Carvalho Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas
21 (AMEV); Almacks Luis Carneiro da Silva – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina;
22 André Horta – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES MG); José Ivaldo de Brito
23 Ferreira – Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Melchior Carlos do Nascimento –
24 Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pedro de Araújo Lessa - Conselho Regional de Engenharia e
25 Agronomia Sergipe (CREA); Xifroneze Santos – Quilombo Caraíbas; Manoel Uilton dos Santos – Tuxá/BA;
26 Winston Caetano de Souza – Prefeitura Municipal de Paraopeba/MG; Elísio Marinho dos Santos Neto –
27 Prefeitura Municipal de Gararu SE; Ronaldo Pereira Lopes – Prefeitura Municipal de Penedo/AL; Suzana
28 Maria Gico Lima Montenegro – Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC); Ailton Francisco da
29 Rocha – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMACE/SE);
30 Gustavo Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito
31 Federal (ADASA/DF); Josinaldo Ribeiro da Silva – Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Josinaldo Ribeiro
32 da Silva – Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Participaram os seguintes membros suplentes:** Luciana
33 Eugênia Galvão Cavalcante – Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) *(em exercício da*
34 *titularidade)*; Thaís Nascimento Ferreira – Associação da Bacia do São Pedro *(em exercício da*
35 *titularidade)*; Wilson Simonal dos Santos – Associação Agropastoril Quilombola das Fazendas Curral da
36 Pedra, Julião, Tuiuiú, Pedra da Onça e Piranha; Heráclito Oliveira de Azevedo – Associação de Produtores
37 do Perímetro Irrigado de Propriá *(em exercício da titularidade)*; Carlos Vanderlei Leite Pinheiro – Rota
38 das Águas do Velho Chico *(em exercício da titularidade)*; Maria da Glória – Federação dos Pescadores
39 Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG) *(em exercício da titularidade)*; Sonáli Cavalcanti
40 Oliveira – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) *(em exercício da titularidade)*; Thiago
41 Roberto Soares Vieira – Instituto Pangea IPAN – Meio Ambiente, Cultura e Educação *(em exercício da*
42 *titularidade)*; Thais Oliveira Guimarães – Universidade de Pernambuco (UPE) *(em exercício da*
43 *titularidade)*; Luiz Roberto Porto Farias – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Seção de Alagoas;
44 Carlos Alexandre Borges Garcia – Universidade Federal de Sergipe (UFS); Francisco de Assis Gonzaga da
45 Silva – Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG *(em exercício da titularidade)*; Antônio Jackson Borges
46 Lima – Prefeitura Municipal de São Brás/AL *(em exercício da titularidade)*; Maria de Lourdes Amaral

47 Nascimento (*em exercício da titularidade*); Larissa Cayres de Souza – Secretária do Meio Ambiente do
48 Estado da Bahia (SEMA/BA); Athadeu Ferreira da Silva – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do
49 São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). **Participaram também:** Maurício Vitor de Oliveira, Rafaella
50 Domingues, Manoel Vieira de Araujo Junior, Elba Alves, Thiago Batista Campos, Jacqueline Evangelista
51 Fonseca, Gustavo A. Costa Simões, Daniel Alexandre de Brito – Agência Peixe Vivo (APV); Flávia Simões
52 F. Rodrigues – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Daniela Gurgel, Alberto Fonseca;
53 Fredi P. Fonseca – Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Ana Catarina P. A. Lopes – ABES/AL; Rafael
54 Medeiros de França, João Marcos Gomes dos Santos, Poliana Carvalho – CBH Velhas, Gêssica Alves da
55 Silva Leão, Adriane A. R. Guedes, Remir José dos Santos, Célia Fróes, Sandro Costa – MP/SE, João Pedro
56 da Silva Neto – UNIVASF / CTAS; Anne Grazielle Costa Santos – CONBASF – Propriá/SE; Gabriela Kelly
57 Pacheco – FUNAI, Tobias T. P. Vieira – CTOC, Nivaldo Brandão da Silva – MP/AL, Emanuela Santos da
58 Silva e Juliana Monteiro dos Santos. **1. Abertura e verificação do quórum.** Confirmado o quórum, o
59 cerimonialista assume as atividades, deseja boas-vindas aos presentes e lê, detalhadamente, a
60 programação do evento. Convida para compor a mesa: José Maciel de Oliveira, presidente do CBHSF;
61 Ronaldo Lopes, prefeito da cidade de Penedo (AL); Almacks Luiz Carneiro da Silva, secretário do CBHSF;
62 Alberto Fonseca, representante do Ministério Público de Alagoas; Anivaldo Miranda, coordenador da
63 Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco (CCR Baixo SF); Cláudio Ademar, coordenador da
64 Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco (CCR Submédio SF); Ednaldo Campos,
65 coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco (CCR Médio SF); Altino Rodrigues,
66 coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR Alto SF); Flávia Simões,
67 especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); e Elba
68 Alves, diretora geral da Agência Peixe Vivo. Uma vez a mesa estando completa, justifica a ausência do
69 Sr. Marcos Vinicius Polignano, vice-presidente do CBHSF, por questões de saúde. Logo em seguida,
70 convida todos a ficarem de pé para a execução do Hino Nacional, que é reproduzido. Com a palavra,
71 Maciel Oliveira cumprimenta e agradece a presença de todos e declara aberta a quadragésima sexta
72 (46ª) plenária ordinária do CBHSF. Na sequência, passa a palavra para os integrantes da mesa. Flávia
73 Simões reiterou o compromisso da ANA e a parceria com o CBHSF e pontuou as incertezas na bacia do
74 São Francisco devido ao El Niño e às mudanças climáticas. Destacou também a preocupação com o
75 projeto de lei que ameaça retirar os recursos da compensação financeira destinados às agências, o que
76 afetaria o funcionamento do programa Progestão e o fortalecimento da gestão, destacando a posição
77 manifestada pelo CBHSF e a necessidade das entidades se unirem enquanto sistema nacional de
78 gerenciamento de recurso hídricos pelo avanço da implementação dos instrumentos de gestão e da
79 gestão participativa, visando o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Reafirmou o
80 comprometimento da ANA em trabalhar permanentemente com a Agência Peixe Vivo e o CBHSF, de
81 forma discutida e negociada entre os diversos entes. Conclamou a todos que se unam na missão de
82 defender os comitês e a ANA. Na oportunidade, justificou a ausência de Humberto Gonçalves,
83 superintendente da ANA. Com a palavra, Pedro Soares justificou a ausência do prefeito de Penedo (AL),
84 ao tempo que expressou sua satisfação em receber a todos no município. Mencionou os esforços do
85 prefeito Ronaldo Lopes, que se encontra em Brasília, para obter recursos que ajudem na manutenção e
86 melhoria das condições ambientais do Rio SF, destacando a preocupação do gestor no município com o
87 tema. Em nome do prefeito, deu boas-vindas aos presentes e expressou a esperança de que a reunião
88 plenária resulte em avanços importantes para a região. Na sequência, Anivaldo Miranda falou sobre o
89 balanço das atividades do Comitê, realizada em reunião com as Câmaras Técnicas e a Diretoria Colegiada
90 e destacou os desafios do CBHSF para o ano de 2024. Ele mencionou a crise no Sistema Nacional de
91 Gerenciamento dos Recursos Hídricos, a falta de definição em relação à nova composição do Conselho
92 Nacional de Recursos Hídricos e a ausência de consultas amplas aos diferentes integrantes da

93 comunidade das águas. Anivaldo Miranda defendeu a importância dos comitês de bacias e expressou
94 preocupação com a falta de reconhecimento dos mesmos. Além disso, ressaltou os desafios em relação
95 à representatividade e ao reconhecimento dos comitês de bacias, à definição do papel do Conselho
96 Nacional de Recursos Hídricos, e à falta de implementação de instrumentos de política ambiental e
97 gestão no território brasileiro. Anivaldo também mencionou a resistência do poder econômico em
98 implantar medidas ambientais, a necessidade de substituição dos combustíveis fósseis e a
99 desorganização atual na gestão das águas. Ele chamou atenção para a inadimplência e na oportunidade
100 informou que a CCR Baixo SF aprovou uma moção solicitando à ANA ações de cobrança quanto à
101 inadimplência na bacia e ao cadastramento de usuários não cadastrados. Anivaldo Miranda lembrou
102 que o CBHSF aprovou o Pacto das Águas e destacou a importância de tirar o pacto do papel. Ele
103 mencionou os desafios para a revitalização e manifestou seu repúdio ao projeto de Lei 4546, que visa
104 privatizar as águas e a gestão pública das mesmas. Por fim, falou sobre os desafios na reestruturação da
105 relação contratual entre CBHSF, Agência Peixe Vivo e ANA. Com a palavra, Maciel Oliveira deu as boas-
106 vindas e expressou satisfação em receber a todos em Penedo. Ele destacou os desafios do CBHSF e a
107 luta do colegiado pela revitalização da bacia do São Francisco. Mencionou a redação da carta de Penedo
108 na segunda plenária para cobrar a revitalização, com a presença de diversas autoridades. Lembrou que
109 o tema da revitalização foi discutido em outras plenárias, incluindo Belo Horizonte, onde foi debatido
110 um processo de diálogo com os governos e o parlamento. Enfatizou a estagnação da política nacional
111 de recursos hídricos e expressou frustração com a falta de comprometimento das autoridades em
112 relação à revitalização do São Francisco. Ele mencionou o encaminhamento de um documento à Casa
113 Civil solicitando participação do CBHSF no Comitê de Contas e ressaltou a importância de continuar
114 lutando por investimentos na revitalização hidroambiental e social da bacia do São Francisco. Maciel
115 Oliveira também defendeu que esses recursos sejam destinados a projetos para beneficiar comunidades
116 da bacia, além de cobrar da ANA a redução na inadimplência e a não renovação de outorgas de quem
117 está em dívida. Ele reafirmou o compromisso do CBHSF com o Rio São Francisco e em defender o povo
118 do São Francisco, lutando para melhorar a qualidade ambiental e a quantidade de água na bacia. Por
119 fim, agradeceu e parabenizou Célia Froes pelos trabalhos realizados junto à Agência Peixe Vivo e ao
120 CBHSF, e falou das expectativas com Elba Alves a frente da Agência Peixe Vivo. **2. Assinatura do Acordo
121 de Cooperação Técnica entre CBHSF, APV, ADASA SF, SEAGRI DF e EMATER DF.** Para solenidade de
122 assinatura foram chamados a mesa o representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
123 Francisco, Maciel Oliveira, o coordenador da CCR Alto SF, Altino Rodrigues, a diretora geral da Agência
124 Peixe Vivo, Elba Alves, e os representantes das três entidades envolvidas na assinatura do acordo, da
125 SEAGRI do Distrito Federal, Fernando Rodrigues; o representante da EMATER também do Distrito
126 Federal, Cleisson Durval; e o representante da ADASA, Gustavo Carneiro. Após assinado o acordo de
127 cooperação, a palavra foi facultada ao representante do governo federal, que explicou que o objetivo
128 do projeto é a revitalização e a adequação de canais rudimentares, além da construção de tanques
129 lonados na bacia do rio Preto, que é uma bacia do Distrito Federal, e uma sub-bacia do SF, o vai permitir
130 a continuidade do aprimoramento da produção rural das comunidades beneficiadas. Agradeceu a
131 confiança do CBHSF nesse projeto e a oportunidade de assinatura desse acordo. **3. Medalha Toinho
132 Pescador – Homenageados CBHSF.** O cerimonialista fez uma breve contextualização acerca da
133 premiação e convidou, respectivamente, os coordenadores das CCRs, os membros da Diretoria
134 Executiva (DIREX) e seus homenageados, para que aqueles possam fazer a entrega das medalhas. O
135 cerimonialista, ao fazer a convocação, fez a leitura das minibiografias dos prestigiados, que foram:
136 Antônio Thomaz Gonzaga da Matta-Machado – Homenageado DIREX, que não pode estar presente,
137 sendo transmitido um vídeo com uma mensagem de agradecimento; Sonáli Cavalcanti Oliveira –
138 Homenageada DIREX; Célia Fróes – Homenageada CCR Alto São Francisco; Remir José dos Santos –

139 Homenageado CCR Médio São Francisco; Arnaldo Alves da Silva – Homenageado CCR Submédio São
140 Francisco; Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes – Homenageada CCR Baixo São Francisco. Na sequência,
141 os homenageados tiveram a oportunidade de se manifestarem, agradecendo a homenagem e
142 discorrendo sobre suas trajetórias dentro do CBHSF e as relações estabelecidas com o Rio São Francisco.
143 **4. Resultado do termo de cooperação técnica na Bacia do Velhas.** A pedido de Maciel Oliveira, a
144 presidente do CBH Velhas, Poliana Carvalho, falou sobre o resultado do termo de cooperação entre o
145 Comitê do São Francisco e o Comitê do Velhas, expondo que por ocasião do edital de Saneamento,
146 foram selecionados seis municípios do estado de Minas Gerais. Neste sentido, mencionou que os
147 prefeitos dos municípios contemplados fizeram uma carta de agradecimento ao Comitê. Na
148 oportunidade parabenizou e cumprimentou a diretoria e todas as câmaras técnicas pelo olhar
149 integrador e sensível fora da calha, pois todas essas ações contribuem diretamente para a qualidade da
150 água do Rio São Francisco, pois ao ter tratamento de esgoto, as águas entregues ao rio serão melhores.
151 Por fim, expressou seu sentimento de gratidão em nome dos municípios mineiros. **5. Informes:**
152 **Apresentação da Diretora Geral da Agência Peixe Vivo.** Maciel Oliveira contextualizou o processo de
153 seleção da nova diretora geral da Agência Peixe Vivo, destacando que na primeira reunião da diretoria
154 colegiada com Elba Alves, foi proposto uma reestruturação com o objetivo de aprimorar a agência e
155 atender às expectativas do Comitê. Expressou as boas-vindas a Elba Alves e enfatizou a disponibilidade
156 do Comitê em colaborar estreitamente, ressaltando a importância dessa parceria. Além disso, Maciel
157 Oliveira demonstrou confiança e expectativas positivas em relação à nova diretora geral, manifestando
158 orgulho em recebê-la no Comitê de São Francisco. Com a palavra, Elba Alves compartilhou sua trajetória
159 profissional, destacando seu período na SEMA/BA e sua relação com o CBHSF, até ser recrutada, por
160 meio de um processo seletivo, para assumir a direção da Agência Peixe Vivo. Ela enfatizou o
161 compromisso da agência em melhorar continuamente e destacou a coesão da Agência Peixe Vivo com
162 o Comitê de São Francisco, a ANA e todos os Estados que compõem a bacia do Rio São Francisco, visando
163 a primazia de um bom trabalho para uma gestão eficiente, atendendo às necessidades específicas da
164 bacia. **6. Aprovação da ata da XLV Plenária Ordinária do CBHSF.** Almacks Silva liderou a aprovação da
165 ata, lembrando que a versão preliminar foi enviada com antecedência junto com a convocatória. A
166 CHESF contribuiu através de Sonáli Oliveira, que fez algumas alterações ortográficas. Com a palavra,
167 Athadeu da Silva, representando a CODEVASF, lembrou que durante a reunião em Belo Horizonte, Hilda
168 Bicalho mencionou que haviam três estações de tratamento de esgoto em Caeté (MG) que não estavam
169 funcionando, considerando isso um investimento mal planejado e falta de política pública. Contudo,
170 como não estava presente na última reunião plenária realizada em Penedo (AL), gostaria de saber se
171 era coerente adicionar na ata em aprovação a resposta, e como fazer esta resposta chegar à Hilda
172 Bicalho. Maciel Oliveira considerou importante registrar o comentário de Athadeu da Silva na ata da
173 atual reunião e o orientou a enviar oficialmente a resposta ao comitê, para que seja conhecida por Hilda
174 Bicalho e pelo plenário. A Ata foi aprovada com as alterações propostas por Sonáli Oliveira.
175 **7. Deliberação CBHSF que “Aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual 2024 – POA 2024 a ser**
176 **executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia**
177 **Hidrográfica do Rio São Francisco”.** Foi feita uma inversão de pauta a pedido de Thiago Campos, acatada
178 pelo plenário. Jacqueline Fonseca iniciou fazendo uma breve explicação sobre o que é o POA. Em
179 seguida, apresentou a proposta do POA 2024 com as 98 ações planejadas e investimento estimado de
180 88 milhões. Esclareceu que algumas ações são continuação de projetos em andamento, além de ações
181 novas, de planos e programas. Explicou as principais ações e projetou a Minuta de Deliberação,
182 informando que o detalhamento das ações está anexo ao documento e que este foi elaborado em
183 conjunto com a Diretoria Colegiada, sendo apresentada nas reuniões das câmaras consultivas regionais;
184 sendo a minuta previamente enviada junto com a convocatória da plenária. A palavra foi aberta ao

185 plenário. Ednaldo Campos mencionou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) apresentou
186 um relatório solicitando mais recursos para estender os estudos da água subterrânea na bacia de São
187 Francisco. Ele considerou que a verba destinada para esses estudos é insuficiente para adquirir três
188 sistemas de monitoramento de águas subterrâneas e sugeriu aumentar o recurso disponível. O Sr.
189 Anivaldo Miranda manifestou concordância com a fala. Disse ainda ser importante se aumentar o aporte
190 de recursos para essa finalidade, uma vez que é necessário se obter uma visão mais precisa dos
191 aquíferos. Ele mencionou que a ANA recomendou ao comitê o remanejamento de parte dos recursos
192 desses estudos e defendeu que o comitê tem a prerrogativa de definir para onde os recursos deverão
193 ser destinados. Ele salientou que a função do comitê é a gestão dos recursos hídricos e que é
194 fundamental conhecer a capacidade e o uso dos aquíferos para garantir uma política sustentável de
195 recursos hídricos. Anivaldo Miranda defendeu a necessidade de estudos sobre o uso predatório dos
196 aquíferos no país e enfatizou a importância da ciência e da gestão estarem em primeiro lugar. Pedro
197 Lessa questionou sobre a elaboração do PAP e do POA, percebendo que estão sendo feitos apenas para
198 o Comitê. Ele perguntou se houve colaboração com os estados para complementar as ações do plano,
199 já que o Comitê tem recursos limitados e o plano requer mais esforços, enfatizando a necessidade
200 dessas parcerias para evitar a sobreposição de ações e garantir a participação ativa dos estados. Disse
201 que a CTAI e a CTPPP deve desempenhar seu papel no momento oportuno nessas articulações. Pedro
202 Lessa também destacou a importância de acessar informações conjuntas entre o Comitê e os estados,
203 para alinhar as ações conforme o plano proposto pelo Comitê. Athadeu da Silva destacou a importância
204 de medir o potencial dos aquíferos, citando um estudo da Universidade Federal de Viçosa e do Inema,
205 em parceria com uma equipe de Nebraska. Ele ressaltou a demanda agressiva por águas subterrâneas e
206 a busca por fontes mais seguras, cujo tema foi discutido em um seminário que participou no estado de
207 Minas gerais. Enfatizou a urgência da discussão e a necessidade de buscar financiamento, considerando
208 isso uma prioridade. Sonáli Oliveira pediu esclarecimento, para saber se o item 1.9.1.4, que fala de
209 contratação de consultoria especializada para a elaboração de parecer técnico e jurídico sobre as
210 limitações de tomadas de decisão no âmbito do setor elétrico e de regulação, é um projeto, plano ou
211 programa. Cláudio Pereira, em complementação as questões levantadas sobre o aquífero, mencionou
212 que um levantamento recente constatou contaminação por agrotóxicos nas águas do São Francisco em
213 vários municípios do Médio São Francisco. Para Cláudio Pereira o tema é preocupante, pois afeta o
214 aquífero e pode se propagar para outras regiões, como o Submédio e o Baixo São Francisco. Ressaltou
215 que, ao pensar em estudos de aquíferos, é necessário considerar não apenas as quantidades de água,
216 mas também a qualidade. Mencionou a questão dos estoques pesqueiros que também estão sendo
217 afetadas, pedindo maior atenção para a questão. Considerou essencial disponibilizar recursos para
218 avaliação e controle, bem como priorizar os recursos necessários para atender às demandas do comitê
219 e estar preparado para possíveis problemas futuros. Em contribuição, Nelson Guimarães disse que a
220 CPRM avaliou o impacto do uso de águas subterrâneas no norte de Minas e agora está fazendo o mesmo
221 no oeste e sul de Minas Gerais. Ele sugeriu que se entrasse em contato com a CPRM para obter ajuda
222 na elaboração do termo de referência. Thiago Campos, em resposta, explicou que a proposta que trata
223 da modelagem matemática de aquíferos, ainda será desenvolvida e visa avaliar a capacidade de suporte
224 de um aquífero diferente do Urucuia. O estudo será realizado em um aquífero próximo com o apoio da
225 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), e o valor estimado de R\$ 800 mil é suficiente para a
226 pesquisa, sem a necessidade de aquisição de instrumentos ou trabalhos de campo extenuantes. Thiago
227 Campos explicou também sobre ações ausentes no POA, cujo recurso foi sugerido após recomendações
228 da auditoria, visando a implantação de instrumentos de monitoramento, como piezômetros. No
229 entanto, devido à falta de informações suficientes, a execução dessa ação não é possível, por ser
230 necessário estabelecer parcerias com o estado, especialmente em áreas com alta pressão sobre as águas

231 subterrâneas, como Minas Gerais e Bahia. Thiago Campos recomendou se trabalhar com a CTAI para
232 uma articulação eficaz e deixou claro que esses desafios impossibilitam a conclusão dessa ação no
233 período mencionado. Sobre a proposta de elaboração de parecer técnico e jurídico sobre as limitações
234 da tomada de decisão, Thiago Campos explicou que o objetivo é avaliar o impacto das tomadas de
235 decisão em salas de situação e outros fóruns de discussão dos usos múltiplos, que ainda será
236 desenvolvido ao longo de 2024. Em resposta a Pedro Lessa, esclareceu que não há integração para o
237 desenvolvimento do POA com os estados e/ou entes da União, por não ter tempo para construí-lo em
238 conjunto. Considerou mais oportuno trabalhar com o PAP, pois é um instrumento de médio prazo, mas
239 acredita ser difícil ter o instrumento pronto até dezembro para apresentar ao plenário devido à falta de
240 tempo e alinhamento de agendas. Sonáli Oliveira chamou atenção para redação da rubrica 1134, e
241 Thiago Campos agradeceu a observação, informando que a redação será corrigida. A deliberação foi
242 aprovada pelo plenário. **8. Apresentação das alterações do POA 2023 ocorridas no exercício 2023.**
243 Thiago Campos apresentou o desenvolvimento do POA 2023, mostrando o desempenho do que foi
244 aprovado e o previsto *versus* o planejado. Informou que segundo o contrato de gestão, canais e métodos
245 devem ser disponibilizados para que se possa acompanhar o PAP e o POA, que estão disponíveis no SIGA
246 SF, e que atualmente tal o acompanhamento é feito apenas em relação a execução financeira, mas a
247 APV está trabalhando para que seja possível acompanhar as metas físicas até o final de 2024, conforme
248 solicitado pela ANA. Mencionou que quanto ao POA, é possível acompanhar a aplicação dos recursos da
249 cobrança no site do Comitê e no site da Agência Peixe Vivo, que são atualizados mensalmente. Em
250 seguida, apresentou o Balanço geral do POA 2023 até novembro, destacando o crescimento e a evolução
251 da capacidade de execução física e financeira. Esclareceu que a meta é alcançar 80% de execução,
252 ressaltando que os números têm melhorado ano após ano devido às melhorias nos instrumentos de
253 regulamentação e na capacidade operacional da APV, além da parceria com o Comitê. Informou que
254 foram adicionadas três sub ações devido à assinatura de três contratos com prefeituras, o que
255 aumentou o número de beneficiários e os valores, sendo essas as principais alterações do POA 2023.
256 **9. Deliberação CBHSF Ad referendum nº 146/2023 que “Dispõe sobre a alteração do Plano de Aplicação
257 Plurianual 2021-2025, a ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de
258 recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”.** Thiago Campos explicou que a
259 deliberação é acerca de uma alteração nos valores previstos no PAP 2021-2025, visando permitir a
260 assinatura imediata de contratos de repasse com os municípios beneficiados, e que essa mudança, que
261 antecipa cerca de R\$ 20 milhões do orçamento planejado para 2024, para o ano de 2023, não traz
262 nenhum risco ou impacto para outras demandas já programadas. Esclareceu ainda que qualquer
263 alteração no PAP precisa ser aprovada, por isso a apresentação para aprovação do plenário, como *Ad
264 referendum*. O documento foi aprovado por unanimidade. **10. Deliberação CBHSF que “Dispõe sobre a
265 alteração do Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025, a ser executado com recursos financeiros
266 oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nos
267 exercícios 2024 e 2025”.** Thiago Campos apresentou a minuta de deliberação para alteração do plano
268 de aplicação plurianual 2021-2025, a ser aplicado nos anos de 2024 e 2025. Informou que essa proposta
269 é baseada em recomendações da auditoria da ANA em relação ao ano de 2022, onde foi observado que
270 algumas ações do plano tinham recursos em excesso que não foram utilizados, o que levou à formulação
271 da proposta de melhoria na execução do plano. Adicionalmente, foi feito um levantamento e uma nota
272 técnica encaminhada à diretoria, junto com a proposta de alteração do PAP. Thiago Campos mostrou as
273 ações em que foi recomendada a redução de recursos e aquelas em que é necessário aumentar os
274 recursos devido às demandas do comitê. Explicou que a ociosidade de recursos em uma rubrica pode
275 ocorrer por diversos motivos, como superestimação das necessidades ou contratações por valores
276 menores. Informou também que a auditoria recomendou o estabelecimento de um limite percentual

277 para realocação de recursos sem a necessidade de aprovação do plenário, dessa forma, definiu-se um
278 limite de 20%, deixando ciente que qualquer realocação acima desse percentual precisa da aprovação
279 do plenário. Pontuou ainda que também foi solicitado que propostas de realocação sejam
280 encaminhadas à CTPPP antes da sua execução. Sonáli Oliveira sugeriu alterações na redação do último
281 “considerando” do documento e no parágrafo único do artigo 3º, além da exclusão do parágrafo
282 segundo por considerá-lo desnecessário. As sugestões de alteração propostas por Sonáli Oliveira foram
283 aceitas pelo plenário e o documento aprovado. **11.Deliberação CBHSF que “Aprova a doação de**
284 **equipamentos de monitoramento hidrometeorológico para apoio complementar ao desenvolvimento**
285 **de pesquisas científicas de instituições de ensino e pesquisa atuantes na bacia hidrográfica do rio São**
286 **Francisco”**. Thiago Campos apresentou uma minuta de deliberação sobre a doação de equipamentos,
287 explicando sua origem e motivação. Em seguida, a palavra foi passada para o plenário. Cláudio Ademar
288 informou que a proposta foi discutida na CCR submédio, sugerindo que cada região fisiográfica
289 recebesse um conjunto de equipamentos, para atender toda a bacia. No entanto, a decisão da diretoria
290 colegiada foi doar os equipamentos para instituições do Alto SF. Cláudio Ademar esclareceu que não
291 estava presente na ocasião da decisão e, embora não concordasse, respeitava a decisão da diretoria.
292 Ednaldo Campos mencionou que tema foi discutido no âmbito da CCR médio, onde os membros
293 consideraram importante ter um equipamento na região devido à presença de muitos rios, afluentes,
294 bacias e sub-bacias, e neste sentido, pediu a Altino Rodrigues para disponibilizar um equipamento para
295 a região do médio São Francisco, sendo especialmente importante para os rios Rio das Pedras, Rio de
296 ondas e Rio das fêmeas, que necessitam de monitoramento. Altino Rodrigues esclareceu que a
297 provocação foi feita por um comitê do território do Alto SF, onde as quatro ações foram implementadas
298 e os recursos foram alocados, cujo pleito foi aprovado no âmbito da Diretoria Colegiada, considerando
299 a visão de bacia e a implementação das ações nesse território, decidiu-se privilegiar as instituições de
300 ensino e pesquisa relacionadas ao monitoramento na região. Em contribuição, a CCR Alto propôs em
301 artigo acrescido a minuta de deliberação, que cada instituição contemplada possa estabelecer parcerias
302 com entidades públicas e privadas para apoiar estudos que demandem o uso dos instrumentos
303 portáteis. A decisão não se restringe apenas ao alto, mas sim à bacia como um todo. Além disso, foi
304 acordado que um equipamento será enviado para Alagoas, em parceria com a UFAL, que também realiza
305 esse tipo de monitoramento. É importante ressaltar que a decisão final será tomada pelo plenário, e
306 não pela diretoria. A ação implementada no território do alto justifica a decisão, visando a legitimidade
307 e a serventia para toda a bacia. Em colaboração, Francisco de Assis Gonzaga disse que o ponto de
308 coerência da CCR Alto foi dar sequência ao investimento para o monitoramento, pensando na bacia
309 como um todo, e defendeu que seja mantido o que foi decidido. Maciel Oliveira mencionou que recebeu
310 questionamentos de instituições de ensino interessadas nos equipamentos de monitoramento para
311 pesquisas na bacia do Rio São Francisco, visando melhorar a qualidade da água. No entanto, ele deixou
312 claro que esses equipamentos não foram adquiridos para distribuição, fazendo parte de um projeto no
313 alto São Francisco, cabendo ao CBHSF decidir sobre a doação desses equipamentos, sendo proposto,
314 que fiquem no alto, pois são recursos que darão continuidade ao trabalho. Também afirmou que, se
315 necessário, a diretoria considerará a aquisição de outros equipamentos para as instituições parceiras,
316 desde que haja regras e orçamento, deixando claro que o comitê não tem a responsabilidade de equipar
317 universidades. A ideia de distribuir um equipamento para cada regional foi levantada, por Ednaldo
318 Campos. Maciel Oliveira considerou mais interessante trabalhar de forma equitativa, não excluindo a
319 possibilidade de discutir situações futuras. Claudio Ademar propôs discutir a compra de novos
320 equipamentos dentro de um consórcio com as universidades da região do submédio, recomendando a
321 aprovação da proposta e que se discuta a forma de adquirir equipamentos para as regiões não
322 contempladas. Em concordância, Elias da Silva destacou a importância de seguir a nova lei de licitação,

323 sugerindo a elaboração de um termo de referência para as novas CCRs que não possuem equipamentos.
324 Heráclito Oliveira sugeriu aprovar a proposta para o orçamento de 2024, incluindo Sergipe, Pernambuco
325 e Bahia, que não foram contemplados. Ednaldo Campos destacou que os equipamentos monitoram
326 pequenos fluxos d'água e pequenos rios. Anivaldo Miranda informou que está sendo feito um grande
327 esforço para criar uma rede de monitoramento da qualidade da água no baixo São Francisco, e neste
328 sentido estão buscando a cooperação de várias instituições, incluindo governos, empresas de
329 abastecimento de água, universidades públicas e privadas, secretarias de recursos hídricos, órgãos
330 federais e laboratórios, com o objetivo de adquirir equipamentos para redes de monitoramento
331 permanente. Anivaldo Miranda sugeriu também que as instituições que tenham projetos ou
332 necessidades específicas apresentem propostas e encaminhem para a CCR ou DIREC. Ronald Guerra
333 concordou com Anivaldo e ressaltou que o mais importante é ter projetos, uma rede de monitoramento
334 e parcerias, sendo que o equipamento é apenas uma consequência disso e enfatizou a importância de
335 contar com pessoas qualificadas para manusear e utilizar esses equipamentos, em uma rede de
336 monitoramento integrada às políticas estaduais e à ANA. José Ivaldo chamou atenção para a deficiência
337 de monitoramento de recursos hídricos na Bahia e em estados vizinhos, defendendo a importância do
338 Comitê de Bacia nesse processo. Ele destacou a contribuição das instituições de ensino e pesquisa nesse
339 contexto e a necessidade de aporte financeiro. E defendeu que a melhor solução é seguir o
340 encaminhamento proposto pela plenária e contar com o apoio das CCRs. Almacks da Silva destacou a
341 deficiência da rede de monitoramento de recursos hídricos no Brasil e a importância das parcerias para
342 suprir essa deficiência. Ele sugeriu que sejam incluídos os pontos de monitoramento já existentes nos
343 rios estaduais nas redes que serão formadas, e ressaltou que além dos equipamentos, é essencial ter
344 pessoas qualificadas para fazer o monitoramento. José Maciel afirmou que a proposta vai ser discutida na
345 diretoria colegiada. Deliberação aprovada pelo plenário, com 1 voto contrário e uma abstenção. **12.**
346 ***Deliberação CBHSF que “Aprova o calendário e planejamento anual de atividades do Comitê da Bacia***
347 ***Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) para o ano 2023. Escolha dos locais das Plenárias a serem***
348 ***realizadas em 2024.*** Com a aprovação do plenário foi realizada a antecipação da pauta. Maciel Oliveira
349 conduziu a aprovação do calendário de atividades, destacando a importância do planejamento para a
350 execução das atividades e seu impacto no indicador 1 do contrato de gestão. Ele elencou os eventos do
351 ano a serem realizados pelo CBHSF, e mencionou o encontro da juventude, cujo objetivo é reunir jovens
352 para discutir recursos hídricos e promover novas lideranças na bacia, e que, devido às eleições, o evento
353 deverá ser realizado em novembro. Também foi solicitada a alteração da primeira plenária de 2024 para
354 os dias 08 e 09 de maio, para evitar conflito com o Fórum Mundial das Águas. Após votação, sendo
355 citadas para a realização as cidades de Salvador (BA), Petrolina (PE), Recife (PE) e São Roque de Minas
356 (MG), foram escolhidas Salvador (BA) e Petrolina (PE) sediar as próximas reuniões plenárias em maio e
357 dezembro de 2024, respectivamente. O calendário foi aprovado. **13. Deliberação CBHSF que “Aprova o**
358 ***Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*”.** Maciel Oliveira destacou
359 que várias pessoas participaram do processo de elaboração do Plano de Educação Ambiental da Bacia
360 do SF. Ele considerou esse momento histórico como um legado para a atual gestão da CBHSF e sua
361 diretoria. Em seguida, Altino Rodrigues relatou detalhadamente todo o processo de elaboração do
362 plano, pontuando que o plano em questão está diretamente ligado ao plano de recursos hídricos, e que
363 as práticas propostas são permanentes, sistêmicas e integradas às metas. Agradeceu à equipe da
364 Consominas por ouvir as contribuições dos atores envolvidos, ao grupo de trabalho que foi composto
365 por representantes da CTPPP, à Agência Peixe Vivo, às comunidades e demais envolvidos que
366 participaram e contribuíram para construção do plano. Defendeu que o plano precisa ser dinâmico e se
367 moldar às necessidades ao longo do tempo e que as diretrizes gerais incluem formação crítica e cidadã,
368 fortalecimento do pertencimento ao território, valorização das práticas dos povos indígenas e

369 comunidades tradicionais e fortalecimento da identidade cultural da bacia do São Francisco. Ressaltou
370 também que é necessário fortalecer e estimular o envolvimento dos diversos atores sociais, além de
371 mapear e promover diálogos com ações existentes, considerando importante as parcerias com
372 instituições públicas e privadas. Altino Rodrigues destacou que o envolvimento das comunidades foi
373 expressivo, com várias reuniões e interações. Os temas prioritários identificados foram saneamento
374 básico, reflorestamento, proteção de recursos hídricos, gestão de recursos hídricos, entre outros.
375 Destacou ainda que o plano propõe a produção e disponibilização de informações relacionadas à
376 educação ambiental e a qualificação do processo educativo e comunicativo, e que o plano de educação
377 ambiental é importante não apenas para a bacia do São Francisco, mas também como exemplo para
378 outras regiões do Brasil. Aberta a palavra, o plenário manifestou seu contentamento, e teceram
379 considerações e sugestões. Almacks da Silva destacou que o tema da educação ambiental foi abordado
380 pelo comitê após 23 anos e chamou atenção para o desafio de oferecer educação ambiental efetiva
381 dentro da bacia. Durante o discurso, Almacks homenageou promotores presentes pelo trabalho
382 relacionado à educação ambiental nas FPIs e nos estados e solicitou o apoio para recomendarem aos
383 gestores municipais que incluam o conteúdo necessário do plano de saneamento ou do plano de
384 educação ambiental do São Francisco em seus planos municipais. Cláudio Pereira lembrou a
385 contribuição do CBHSF para a construção da novela Velho Chico e o processo de construção e
386 mobilização para a Campanha Eu Viro Carranca. Considerou importante que o comitê promova a
387 capacidade de absorção do plano da bacia do São Francisco, e para tanto sugeriu que com prefeitos, se
388 inclua o tema do Velho Chico na grade curricular das escolas básicas para conscientizar as crianças. Para
389 Claudio Pereira é preciso estar alerta para essa responsabilidade, promovendo a transformação e
390 modificando a realidade através do conhecimento, mobilização e educação ambiental. Claudio Ademar
391 destacou sua participação no processo de construção do plano de educação ambiental da bacia,
392 ressaltando a coragem necessária para isso. Reconheceu o trabalho do comitê, da plenária e de todos
393 os envolvidos. Enfatizou que, embora o plano não seja perfeito, é um marco para identificar problemas
394 e acertos, revisar e melhorar futuros planos e promover a educação ambiental. Ailton Rocha sugeriu a
395 criação de uma olimpíada ambiental associada a campanha vire carranca e a criação de uma bacia-escola
396 para trazer os municípios para dentro da discussão hidroambiental de um afluente da bacia do São
397 Francisco em cada estado. Heraclito Oliveira mencionou as consequências das barragens em Sergipe e
398 Alagoas, afirmando que esses estados estão pagando um preço alto e se tornando esgoto da CHESF. Ele
399 destacou a perda do controle sobre a água que entra nas várzeas e o direito de monitorar o fluxo do rio.
400 No entanto, deixou claro que não é contra as hidrelétricas. Neste sentido, pediu apoio do CBHSF e
401 humildade para discutir juntos uma solução adequada para os estados de Sergipe e Alagoas. Ele
402 mencionou um projeto de enchentes programadas em Sobradinho, que foi apresentado à direção e à
403 ANA. Heraclito Oliveira sugeriu que essa proposta seja discutida no comitê com conhecimento técnico
404 e consultoria, e pediu que a diretoria do comitê considere essa discussão para 2024. O plenário aprovou
405 o plano de educação ambiental da bacia do SF por unanimidade. **14. Assuntos Gerais: Carta Circular**
406 **CHESF.** Sonáli Oliveira compartilhou a carta da CHESF, recebida em 6 de novembro, sobre medidas
407 preventivas na bacia do Rio São Francisco no início do período úmido 2023/2024, comunicando da
408 possibilidade de chuvas e, conseqüentemente, o aumento de vazões a fim de precaver problemas
409 futuros que possam ocorrer. **Moção à ANA sobre inadimplência e recadastramento usuários na BHSF.**
410 Anivaldo Miranda informou que CCR Baixo em sua última reunião realizada em novembro, abordou o
411 problema da inadimplência, já discutido pela diretoria colegiada. Neste sentido foi aprovada uma
412 moção no âmbito da CCR Baixo que considera inaceitável o passivo de R\$ 65 milhões referente ao não
413 pagamento das outorgas pelo uso das águas do Rio São Francisco e solicita que o comitê da bacia e a
414 diretoria tomem medidas urgentes e cobrem da ANA uma solução. Além disso, também é solicitado a

415 ANA o cadastramento dos usuários das águas utilizando um levantamento aéreo feito há mais de 3
416 anos e financiado pelo CBHSF. Flávia Simões, solicitou a palavra e disse que a inadimplência é um tema
417 antigo e que a Ana possui várias superintendências responsáveis por lidar com essa questão. Ela
418 destacou que a superintendência de regulação estava relutante em negar a renovação da outorga para
419 usuários inadimplentes, mas parece que esse entendimento está mudando internamente, com o apoio
420 da procuradoria. Flávia Simões ressaltou que a moção contribui para o enfrentamento. A moção é
421 apresentada ao plenário para aprovação e após os ajustes necessários sugeridos por Maciel Oliveira, é
422 aprovada, com uma abstenção de Gustavo Carneiro. **Moção contra a Braskem sobre o crime ambiental**
423 **em Maceió (AL)**. Anivaldo Miranda e Ronald Guerra apresentaram uma moção, para aprovação do
424 plenário, expressando a solidariedade do CBHSF ao povo de Maceió (AL) e condenando veementemente
425 as ações da Braskem, que desalojaram mais de 60.000 pessoas e causaram grandes danos ambientais
426 na Lagoa Mundaú e nos bairros adjacentes, exigindo compensação total para as famílias e empresas
427 afetadas, recuperação do meio ambiente e realocação da planta industrial para uma área segura, além
428 de uma investigação rigorosa e penalização dos responsáveis pelos crimes cometidos. Maciel Oliveira
429 sugeriu que o tema seja pauta da reunião da CTAS. Moção aprovada por unanimidade. **15.**
430 **Encerramento.** Uma vez esgotada a pauta, o presidente do CBHSF agradece a participação de todos,
431 assim como o apoio da APV e dá por encerrada a reunião do dia 14 de dezembro de 2023.



José Maciel de Oliveira
Presidente do CBHSF